

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO COMPLEXO CANAVIEIRO, AÇUCAREIRO E ALCOOLEIRO NO ESTADO DO PARANÁ

Silvio Carlos Bray *
Wilson Antonio Teixeira **

RESUMO:

As contingências históricas e os fatores geográficos que contribuíram para a expansão da agro-indústria açucareira e alcooleira no Paraná, são aqui analisadas, considerando-se também o papel do Estado, através de organismos criados especialmente para tal fim.

PALAVRAS-CHAVE: Cana-de-açúcar, álcool, agro-indústria, Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), PLANALSUCAR, PROÁLCOOL.

ABSTRACT:

The historical contingencies and the geographic factors which contributed for the expansion of the sugar and alcohol agro-industry in Paraná, are analysed here, considering also the role of the State through organs created specially for this purpose.

KEY-WORDS: Sugar cane, alcohol, agro-industry, Institute, (IAA) Sugar and Alcohol Institute, PLANALSUCAR, PROALCOOL.

Até a década de 40, a cultura da cana-de-açúcar no Estado do Paraná estava vinculada a pequenos alambiques e engenhocas. Em 1940, dois municípios destacavam-se pela produção de cana-de-açúcar: Sertãozinho, no Norte Novo e Morretes¹, na Baixada Litorânea. Ambos os municípios produziam açúcar grosseiro, de cor escura, para consumo local e aguardente. Com a criação do Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA) ocorreu a proibição da produção do açúcar rudimentar, dando prioridade ao açúcar cristal fabricado pelas usinas. Após o término da Segunda Guerra, a fiscalização do IAA estendeu-se às engenhocas; muitas delas acabaram fechando e outras dedicaram-se somente à produção de aguardente (Bray, 1980).

Vários fatores, direta ou indiretamente, contribuíram para a instalação das usinas de açúcar e álcool no Paraná. Com a Segunda Guerra Mundial (1939/45) ocorreu a interrupção do comércio de cabotagem devido à guerra submarina, o que dificultou o abastecimento do açúcar do centro-sul (na época ainda efetuado em grande parte pelos produtores do nordeste). A demanda insatisfeita que passou a haver, nos principais centros consumidores de açúcar do país, acabou determinando a expansão do parque açucareiro e da lavoura canavieira em áreas que, antes da II Guerra Mun-

* Professor do Depto. de Planejamento Regional, Inst. Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.

** Professor do Depto. de Geografia da UEM — Área de Geografia Humana.

1- Em Morretes, no ano de 1878, foi fundado o segundo Engenho Central do país, que não chegou a funcionar.

dial, importavam a maior parte do produto que consumiam²; o aumento do consumo interno açucareiro e alcooleiro, notadamente na região centro-sul, motivou o Instituto de Açúcar e Alcool (IAA) a tomar medidas de incentivo através da abertura de quotas, para a fundação de novas usinas de açúcar nos setores não tradicionais do centro-sul, a partir da década de 40.

Sobre o referido assunto, Lacerda de Melo (1946) diz o seguinte: “Creio oportuno relacionar aqui aquelas providências que traduzem a orientação deste órgão (IAA) no sentido de ampliar a produção”:

1942 — março — Elevação de 10% nos limites de produção.

1942 — novembro — Liberação do açúcar extraquota dos estados do Sul para as usinas que executaram o plano do álcool do Instituto.

1944 — abril — Elevação de 20% nas quotas de produção

1944 — abril — Declaração de liberdade de produção pelo período de 5 (cinco) safras, comprometendo-se o Instituto a transformar em álcool ou exportar o excedente.

1945 — março — Criação de quotas para novas usinas, no total de 700.000 sacos nos estados importadores, e aumento de 800.000 sacos para as usinas já existentes; total de aumento: 1.500.000 sacos.

1945 — maio — Plano de fornecimento de adubo pelo IAA.

1945 — junho — Circular, no início da safra a todos os produtores, esclarecendo que a produção continua livre até a safra 1948/49.

1945 — agosto — reajustamento das usinas de quotas inferiores a 20.000 sacos dos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo”.

No ano de 1942, após a Portaria n.º 17 de 3 de novembro, foi autorizada a instalação de novas usinas em vários Estados da Federação³; dentre eles o Paraná, com a fundação de duas usinas de açúcar e álcool: a Central Paraná no município de Porecatú, e a Bandeirante, no município de Bandeirante.

Na concorrência em que se apresentaram 12 candidatos, venceu o Sr. Ricardo Lunardelli com uma cota de 30.000 sacos. O Sr. Lunardelli, natural de Rio Claro, SP, veio de Sertãozinho, Estado de São Paulo, e adquiriu uma gleba de terra em mata virgem na atual área de Porecatú, da qual o mesmo foi fundador — na época, pertencente ao município de Sertanópolis — (Bray, 1980).

Em 1941, iniciou a derrubada da mata, para introduzir o plantio de café, na atual fazenda Canaã. Durante o ano de 1942 seguiu-se a abertura de outras fazendas, quando recebeu autorização para a construção da usina de açúcar. A proposta

2 No início da década de 40, o número de habitantes acrescido anualmente à população fora calculado em 900.000 pessoas, com um aumento de consumo per capita de 26,3 kg (média de 1937 a 1944), o que significava a necessidade de 394.500 sacas anuais a mais. A necessidade de se aumentar a produção tinha como determinante o aumento do consumo interno (Seção de Estudos Econômicos do IAA, 1945; 528).

3 Foi autorizada a instalação de novas usinas no Território do Acre e nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Brasil Açucareiro, 1945).

vitoriosa da concorrência, em que venceu o Sr. Ricardo Lunardelli, estabeleceu a criação de núcleos habitacionais e pequenas propriedades em torno da usina, permitindo que os lavradores se tornassem pequenos proprietários de terra e fornecedores de cana. Foi um plano de povoamento e colonização através da usina de açúcar. Mas a montagem da usina Central Paraná só foi concluída em 1945, atrasando a sua construção mais de 2 anos, devido às dificuldades de transporte e de combustível — conseqüências da II Guerra Mundial (Revista Central Paraná, 1955). O primeiro setor de moendas foi adquirido da usina Pojuca, na Bahia. Em 1944, iniciou-se o plantio de cana-de-açúcar na fazenda Jaborandi, próxima à área onde estava sendo concluída a usina. Mas a produção de açúcar da usina Central Paraná só teve início em 1946, com um total de 13.424 sacos, conforme Tabela 1.

A usina Bandeirantes foi fundada em 28 de novembro de 1942 pelo Sr. Luiz Meneghel e três irmãos, o grupo Ometto e Dedini, sendo todos originários de Piracicaba e conhecidos como tradicionais usineiros e industriais paulistas. No mesmo ano da fundação da usina adquiriram através da compra, 1.035 alqueires de terra em mata virgem nas proximidades da cidade de Bandeirantes. Iniciaram a derrubada da mata para a construção da usina e para o plantio da cana-de-açúcar. Os maquinários e os técnicos para a montagem da usina vieram de Piracicaba. A produção inicial de açúcar — a primeira usina a produzir açúcar no Paraná — foi no ano de 1943, com 1.899 sacos, conforme Tabela 1 (Bray, 1980).

Em meados da década de 40, continuavam os incentivos do IAA para o aumento da produção de cana-de-açúcar no país; o propósito do Instituto era aumentar a produção tanto quanto possível. De acordo com as palavras abaixo do Sr. Coronel Alípio Gomes, então Coordenador de Mobilização Econômica do IAA, podemos perceber as intenções do Instituto, na época: "Não há a temer excessos, porque ainda há escassez e as sobras que, porventura, vierem a aparecer, serão facilmente aproveitadas em álcool ou na exportação. Com o arcabouço da indústria de álcool anidro no Brasil não é de recear a super-produção (Brasil Açucareiro, 1945)".

Essas medidas do IAA representaram uma verdadeira reviravolta com relação à política de contenção das safras, estabelecidas com a criação do Instituto.

TABELA 1
A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NAS USINAS DO PARANÁ
143/44 a 1950/51 (Sacos de 60 quilos)

ANO	USINA BAND.	USINA CENTRAL PR	USINA JACAREZ.	MALUCELLI	TOTAL NO ESTADO
1943/44	1.899	—	—	—	1.899
1944/45	28.587	—	—	—	28.587
1945/46	47.163	—	—	—	47.163
1946/47	36.891	13.424	—	—	50.315
1947/48	57.117	100.433	22.600	7.967	165.517
1948/49	53.909	90.072	26.822	10.982	185.716
1949/50	65.916	99.542	10.082	18.741	243.927
1950/51	98.267	240.704	30.160	19.169	450.915

Fonte: I.A.A.

Com esses novos incentivos passou a funcionar em Morretes, na Baixada Litorânea, a terceira usina do Estado, em 1947, denominada Malucelli e com a produção inicial de 7.967 sacos de açúcar (tabela n.º 1). No ano de 1958, a Usina Malucelli passou a denominar-se Usina Morretes.

No mesmo ano, foi fundada a quarta usina de açúcar no Estado. O grupo empresarial paulista Mesquita Filho S.A., proprietários da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná S.A., e demais acionistas, conseguiram quotas para a fundação de outra usina no norte do Paraná. Foi escolhido o município de Jacarezinho, devido à sua posição geográfica limítrofe com São Paulo, e porta de entrada do norte paranaense, além dos interesses políticos locais.⁴ Os equipamentos para a montagem da usina, vieram em parte da França e em parte de Piracicaba (Dedini). A Agro-Indústria instalou-se numa área de 500 alqueires, e a sua primeira produção foi no ano de 1948.

A firma Lima Nogueira e Cia., de Sertanópolis, Estado do Paraná, conseguiu uma quota de 20.000 sacos no ano de 1945 e posteriormente 40.000 sacos, para a fundação de uma usina naquele município, no vale do Paranapanema. Mas no ano de 1949, a referida quota foi declarada caduca pelo IAA, por não ter sido, a mesma, instalada. Essas quotas foram distribuídas pelas demais usinas existentes na área, ficando: 12.500 sacos para a Bandeirantes, 12.500 para a Jacarezinho e 15.000 sacos para a Central Paraná (Brasil Açucareiro, 1949).

Nos primeiros anos do pós-guerra, as exportações constituíram uma importante válvula de escape para a super-produção induzida pelo Decreto Lei n.º 9827. Mas as exportações não foram suficientes para absorver toda a produção açucareira mundial que fôra afetada pela guerra, e os preços do açúcar começaram a baixar nos mercados externos. Além de outras medidas, o Governo Federal baixou, em meados de 1948, o Decreto n.º 25.174-A, no qual adotou "medidas de estímulo à produção alcooleira do país para fins carburantes". O referido decreto fôra motivado também pelos déficits no balanço de pagamentos, e pelo esgotamento das reservas cambiais acumuladas pelo país, durante a II Guerra. Um dos fatores responsáveis por essa situação foi precisamente a crescente importação de derivados de petróleo, especialmente gasolina automotiva. Além disso, o referido decreto estabeleceu uma equivalência de preços entre o açúcar e o álcool direto, bem como a concessão de bonificações aos produtores sobre o valor do álcool fabricado (Szmrecsanyi, 1978).

Com esses incentivos, ocorreu o início da produção de álcool no Estado, ainda no final da década de 40, através das destilarias anexas das usinas paranaenses. A primeira produção de álcool ocorreu no ano de 1948, com a usina Central Paraná produzindo 764.000 litros e a usina Bandeirantes 400.550 litros. Em 1949, a usina Jacarezinho iniciou a sua produção com 918.135 litros, conforme a tabela 2.

De 1940 a 1950, o avanço da lavoura canavieira no Estado tornou-se evidente, com o aumento da produção de açúcar e álcool. Esse crescimento correspondeu à ampliação do parque açucareiro/alcooleiro paranaense, como podemos observar nas Tabelas 1 e 2.

4 A usina de Jacarezinho, inicialmente deveria ser instalada em Cambará; mas as forças políticas de Jacarezinho conseguiram transferir a agro-indústria para o seu município.

TABELA 2
A PRODUÇÃO DE ÁLCOOL DO ESTADO DO PARANÁ
1948/49 a 1960/61 — (litros de álcool)

Anos	Usina Bandeirantes	Usina Central PR	Usina Jacarezinho	Usina Malucelli	Total TOTAL	N.os Índices Índice
1948/49	400.550	764.000	—	—	1.164.550	100
1949/50	531.480	1.475.840	918.135	—	2.925.455	251
1950/51	806.940	2.615.300	880.000	15.000	4.317.240	370
1951/52	931.340	2.499.593	716.000	101.600	4.248.533	365
1952/53	1.226.000	2.584.000	902.100	121.400	4.833.520	415
1953/54	567.010	1.398.400	1.139.950	119.365	3.224.725	477
1954/55	1.783.000	2.433.700	813.650	96.400	5.126.750	440
1955/56	1.312.000	3.173.400	925.724	71.000	5.482.124	470
1956/57	1.296.000	3.034.000	1.309.700	99.800	5.740.390	492
1957/58	2.422.400	3.560.000	1.698.580	118.400	7.799.380	670
1958/59	2.167.100	3.799.000	1.876.241	118.000	7.960.341	683
1959/60	1.392.530	2.814.000	1.788.800	133.800	6.129.130	526
1960/61	3.141.000	3.576.000	1.143.300	137.400	7.997.700	687

Fonte: I.A.A.

Com a ampliação do mercado interno sulista, surgem as áreas novas canavieiras do Paraná, a partir da década de 40. Sobre esse fato, Correia de Andrade (1976) diz o seguinte: "O crescimento da produção açucareira nas áreas novas — São Paulo — Paraná, sobretudo, deu-se, ao contrário do que ocorreu nas áreas tradicionais, em função do mercado interno, da própria área produtora e das regiões vizinhas . . . O crescimento da população paulista e sua expansão pelos Estados vizinhos, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná, a elevação dos níveis de renda, e, conseqüentemente, do poder de consumo de sua população, ampliaram o mercado existente dando maior segurança ao crescimento da produção em face de não depender da demanda do mercado externo. Esse crescimento, porém, que se fez de forma acelerada e com a utilização de técnicas modernas é de métodos empresariais, logo ultrapassou a demanda interna e passou a fazer pressão para colocar seus excedentes no mercado internacional".

De acordo com Szmrecsanyi: "a década de 1950 transcorreu sob o signo da expansão da agro-indústria canavieira no Brasil. Essa expansão foi determinada em boa parte pela crescente demanda do mercado interno, devido aos efeitos de uma intensa industrialização e urbanização no centro-sul do país. Esse crescimento da produção açucareira superou amplamente o seu consumo, e fez com que o país voltasse a figurar entre os grandes exportadores do produto. Essa expansão da agro-indústria açucareira foi acompanhada e promovida pelo IAA" (Szmrecsanyi, 1978).

Em fevereiro de 1951, o IAA divulgou a resolução n.º 501, fixando novas normas para a expansão da produção açucareira do país. Essa resolução baixada às vésperas do governo Vargas, previa que a maior parte dessa produção continuaria concentrada no nordeste, e que Pernambuco ainda seria, até a safra 1956/57, o principal Estado produtor. Embora o maior reajuste em termos absolutos tivesse sido

concedido às usinas de São Paulo e, percentualmente, ao Estado do Paraná, parece inegável que a distribuição espacial que consta na resolução n.º 501 subestimou as potencialidades do Centro-Sul.

A taxa de crescimento do consumo nacional, que desde 1939 foi de 4,9% ao ano, atingiu em 1951 6%. Devido a esse acréscimo, o IAA baixou a Resolução n.º 647, de 6 de fevereiro de 1952, dando um novo reajuste no contingente global da produção açucareira do país, elevando para 36.700.000 sacas; quantidade esta, que pelas projeções anteriores, só iria ser alcançada na safra de 1956/57. Esse aumento foi distribuído entre os estados e usinas, de modo proporcional aos limites anteriores da resolução n.º 501.

A produção nacional de açúcar cresceu rapidamente, pois de 24.800.000 sacas na safra 1950/51, passou a 35.400.000, na safra de 1954/55. Na safra de 1956/67, a produção atingiu 37.500.000 sacas, com 33.500.000 consumidas pelo mercado interno e 2.500.000, para exportação. Essa melhoria do mercado interno levou o IAA, através da Resolução número 1284, de 20.12.1957, a elevar o contingente global da produção das usinas do país para 47.700.000 sacas. A ampliação deveria ser repartida entre as quotas das usinas proporcionalmente à maior produção alcançada, para cada uma delas, no quinquênio imediatamente anterior. Esse critério de repartição, acabou com a distribuição espacial da produção açucareira por estados, tal como fora estabelecida anteriormente por decretos e resoluções. A partir dessa resolução passou a ocorrer a hegemonia da agroindústria do centro-sul, e mais especialmente, das usinas de São Paulo. Com a ampliação das quotas, a produção continuou a aumentar mais depressa do que o consumo interno. Na safra de 1957/58, enquanto a produção atingia 44.400.000, o consumo interno se manteve com 133.500.000 sacas. Mas, o grande salto, ocorreu na safra de 1958/59, quando atingiu 53.700.000 sacas. A única solução a curto prazo, foi mais uma vez, a de intensificar as exportações, o que ia de encontro aos interesses do governo federal, às voltas com uma escassez de divisas, para cobrir o valor das importações do país (Szmreczanyi, 1978).

Na época, o único mercado que as exportações brasileiras tinham acesso, era o chamado "Mercado Livre Mundial" que se encontrava saturado. Diante disso, o IAA acabou reduzindo a produção de açúcar do país, através do Plano de Safra de 1959/60, e pela primeira vez em muitos anos, após a criação do IAA, o total autorizado fôra inferior à produção alcançada na safra anterior, isto é, 50.900.000 sacas. Além disso, o IAA reforçou a fiscalização junto aos produtores, e estendeu o limite de safras até 1962/63 (Szmreczanyi, 1978).

A expansão considerável da agro-indústria açucareira, principalmente do Paraná, nessa década, foi devida às ampliações das quotas do IAA, conforme tabela 3.

Por outro lado, a grande expansão das destilarias de álcool no Paraná foi promovida pela necessidade do consumo interno e incentivos do IAA, conforme tabela 2.

Na década de 50, apesar da expansão da agro-indústria açucareira no Brasil, determinada pelo aumento do consumo interno, não ocorreu o surgimento de novas usinas no Estado, mas sim, o aumento da produção de açúcar e álcool das usinas já instaladas, conforme tabelas 3 e 4.

TABELA 3
A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DAS USINAS DO ESTADO DO PARANÁ
de 1950/51 a 1960/61 (Sacos de 60 quilos)

Anos	Usina Bandeirantes	Usina Central PR	Usina Jacarezinho	Usina Morretes	PARANÁ	
					N.ºs Brutos	N.ºs Índices
1950/51	98.267	240.704	30.160	19.169	450.915	100
1951/52	108.511	250.638	106.515	23.060	488.724	108
1952/53	150.900	219.399	111.259	21.602	503.168	112
1953/54	90.688	222.504	152.353	22.847	488.392	108
1954/55	154.102	333.139	169.078	16.337	672.656	149
1955/56	129.025	328.046	202.343	14.000	673.414	149
1956/57	185.215	431.190	186.099	20.845	823.349	133
1957/58	205.214	444.444	244.010	20.672	914.340	203
1958/59	262.340	417.239	311.109	31.272	1.021.960	227
1959/60	236.753	435.923	261.536	30.525	963.747	214
1960/61	310.600	517.204	360.924	24.865	1.213.593	269

Fonte: I.A.A.

TABELA 4
PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DAS USINAS DO PARANÁ
1960/61 a 1970/71 (sacos de 60 quilos)

USINAS					PARANÁ		
Ano	Bandeirante	C. - PR	Jacarez.	Morretes	Sta. Terezinha	N.ºs Brutos	N.ºs Índices
1960/61	310.600	517.204	360.924	24.865	—	1.213.593	100
1961/62	359.270	725.585	251.342	11.835	—	1.348.032	111
1962/63	434.253	706.591	248.835	20.305	—	1.409.984	116
1963/64	403.662	838.189	299.340	19.435	6.244	1.566.870	129
1964/65	602.140	1.119.539	362.574	33.378	12.819	2.130.450	176
1965/66	690.480	1.183.132	506.433	22.246	42.282	2.444.575	201
1966/67	506.118	955.621	427.084	30.382	59.849	1.979.054	164
1967/68	534.863	925.658	448.466	21.504	55.103	1.985.594	164
1968/69	542.670	1.181.223	373.238	6.517	67.410	2.171.258	179
1969/70	567.580	868.873	404.058	14.716	76.849	1.932.074	159
1970/71	651.300	1.307.942	479.032	12.980	105.853	2.557.107	211

Fonte: I.A.A.

A década de 60 caracterizou-se fundamentalmente pela busca por parte do IAA de novas vinculações ao mercado mundial, além do aumento do mercado interno.

O Prof. Correia de Andrade (1976), aponta as várias causas que contribuíram para o crescimento das nossas exportações a partir da década de 60:

"1.º . A implantação do sistema socialista em Cuba, que veio contrariar os interesses das empresas norte-americanas proprietárias das grandes agro-indústrias de açúcar daquele país, que cancelaram a quota do fornecimento de açúcar cubano do

mercado norte-americano. Essa quota foi destinada aos países produtores de açúcar latino-americanos, favorecendo a exportação brasileira.

2º. A expansão da agricultura canavieira em áreas mais favoráveis, sobretudo no Sudeste e Sul, onde se pode fazer uma agricultura com maior índice de mecanização e obter uma mais elevada produtividade agrícola, com a diminuição dos custos de produção. Esta modernização da agricultura foi acompanhada pela instalação de usinas modernas, com maior capacidade de esmagamento de canas e com menor utilização de mão-de-obra, permitindo ainda a elevação da produtividade industrial. Passou o Brasil a dispor de condições de competitividade de que não dispunha anteriormente no mercado mundial, colocando no mesmo um produto mais barato e de menor qualidade.

3º. A política de comércio exterior mais agressiva desenvolvida pelo governo brasileiro nos últimos anos, procurando oferecer incentivos à exportação, e mais recentemente, construindo obras de infra-estrutura que facilitam o escoamento da produção.

4º. Além da ascensão dos preços do açúcar no mercado mundial”.

Esse incremento através da abertura do mercado externo, teve dois efeitos: de um lado, permitiu que a demanda do açúcar para um mercado interno crescente continuasse, e de outro, possibilitou o escoamento para o exterior dos excedentes de açúcar do Nordeste, os quais já não se faziam necessários ao abastecimento dos mercados consumidores do Centro-sul (Szmreczanyi, 1978).

A política que influenciou o desenvolvimento da agro-indústria canavieira no Brasil, durante a década de 60, tinha segundo Szmreczanyi, dois objetivos:

- a) incrementar as exportações brasileiras de açúcar e
- b) ampliar a capacidade produtiva das usinas e das lavouras de cana, pois ela se baseava na capacidade ociosa então existente nas unidades do Centro-sul e os excedentes exportáveis do Nordeste, que seriam rapidamente absorvidos pela crescente demanda interna e externa do produto” (Szmreczanyi, 1978).

As primeiras medidas concretas com vistas à exportação de açúcar, foram adotadas através do Decreto do Governo Federal n.º 50.818, de 22.6.1961, criando uma Divisão de Exportação no IAA e as normas para a centralização e coordenação das atividades de exportação do açúcar e demais derivados da cana-de-açúcar. Em 1.8.1961, através do Decreto n.º 51.104, o Governo Federal criou um “Fundo de Recuperação da Agro-Indústria Canavieira”. Ainda no mesmo ano, em 17.11.1961, foi criado no IAA, um “Fundo de Consolidação e Fomento da Agro-Indústria Canavieira”, sendo a motivação principal desse decreto, o de “criar as condições para o surto das vendas brasileiras de açúcar no Exterior” (Szmreczanyi, 1978).

A importância dada pelo Governo Federal ao planejamento a longo prazo, e o desejo de integrar o crescimento da agro-indústria canavieira aos demais setores da economia nacional, levou o IAA a firmar em junho de 1962, um convênio com o Banco do Brasil — visando o amparo financeiro de projetos destinados a assegurar um melhor aproveitamento da terra nas zonas canavieiras, garantindo um abastecimento regular de matéria-prima para a agro-indústria açucareira. No ano de 1963, o

IAA organizou um "Programa Diretivo para a Política Açucareira e Alcooleira" e que, posteriormente, recebeu o nome de "Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional", tendo como objetivo ampliar a produção do país para 100.000.000 de sacas até o ano de 1971, do qual 80.000.000 seriam para o mercado interno e os outros 20.000.000 para o mercado exterior e para a formação de um estoque regulador. "Esta medida foi sancionada pelo IAA através das Resoluções n.º 1761 e 1762, de 12.12.1963. Nessa época, o incremento pretendido para a produção açucareira nacional era de 38.000.000 de sacas, e a capacidade instalada das usinas do país era de 62.000.000 de sacas. Cerca de 60% da produção adicional seriam das usinas já existentes, e os outros 40% das novas usinas que haviam sido previstas pelo "Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional" (Szmreczanyi, 1978).

Através desse novo Plano de Expansão foi autorizada a abertura de quotas para dar origem às novas indústrias de Açúcar e Alcool no país. No Estado do Paraná, implantou-se a usina Santa Terezinha no município de Maringá, no ano de 1964. A Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda. foi a quarta a ser instalada no Estado, sendo fundada pela família Meneghetti (pioneiros de Maringá) que possuíam fazendas de café. Com a ocorrência de geadas, de 1955 a 1960, a família Meneghetti construiu alambique e iniciou o plantio da cana-de-açúcar, e os cafezais foram sendo substituídos pelos canaviais.

No final da década de 60, o IAA levou avante a sua política de concentração e modernização, que prosseguiu pela década de 70, dando origem à atual estrutura agro-industrial canvieira, tendo como objetivo torná-la mais competitiva no mercado internacional. A partir de 1968, o fomento das exportações foi a estratégia desenvolvimentista aplicada no país, tornando a produção competitiva em termos de preço e qualidade (Szmreczanyi, 1978).

Os estímulos e condições de infra-estrutura ao crescimento da agro-indústria canvieira nos primeiros anos de 60, e a política de concentração e modernização no final da década, contribuíram para o crescimento da produção da agro-indústria açucareira-alcooleira do Paraná, conforme as tabelas 4 e 5.

TABELA 5
PRODUÇÃO DE ALCOOL DAS USINAS DO PARANÁ – 1960/61 a 1970/71
(milhares de litros)

Ano	USINAS				PARANÁ	
	Bandeirantes	C.Paraná	Jacarezinho	Morretes	N.ºs Brutos	N.ºs Índices
1960/61	3.141	3.576	1.143	137	7.997	100
1961/62	3.773	5.568	1.297	79	10.319	129
1962/63	3.824	7.165	777	120	11.887	149
1963/64	2.976	5.588	1.421	—	10.099	126
1964/65	4.356	7.872	1.014	—	13.332	167
1965/66	4.630	9.065	1.283	145	15.124	189
1966/67	5.478	6.780	1.300	130	13.688	171
1967/68	5.041	6.762	1.025	—	12.829	160
1968/69	4.827	6.964	894	—	12.687	159
1969/70	4.808	6.015	828	—	11.652	146
1970/71	6.298	7.774	1.918	—	15.990	200

Fonte: I.A.A.

Essa ampliação da produção açucareira/alcooleira, foi devida: a) ao crescimento contínuo do mercado interno de açúcar e álcool, b) ao considerável aumento das exportações de açúcar, c) a uma política de expansão da lavoura canavieira estabelecida pelo IAA, nesta década, d) ao incremento da capacidade de produção instalada nas usinas (Desenvolvimento da Agricultura Paulista, Instituto de Economia Agrícola – 1972).

Na década de 70, o IAA continuou com a política do final da década anterior, e procurou focar o aspecto da competitividade do açúcar brasileiro no mercado internacional, através:

- a) das dimensões e do aproveitamento da capacidade instalada;
- b) do grau de eficiência do sistema produtivo, e
- c) da estrutura do sistema de comercialização, englobando tanto as atividades agrícolas, como as industriais. Embora tivesse sido esse planejamento esboçado na década de 60, só começou a ser posto em prática no início da década de 70, com a formulação e execução do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR). Através do Decreto n.º 1186, de 27.8.1971, iniciou-se o Programa de Racionalização da Agro-Indústria Açucareira, posteriormente denominado Programa de Apoio à Agro-Indústria Açucareira, a partir do Decreto Lei n.º 1266, de 26.3.1973. Esse planejamento da Agro-Indústria no Brasil via o Programa de Melhoramento do PLANALSUCAR como um instrumento de “melhoria da qualidade da matéria-prima” e de “racionalização da produção”, cujo objetivo estava ligado a dois programas em desenvolvimento no IAA:

- a) O de financiamento da fusão e da racionalização das empresas agro-industriais canavieiras;

- b) O da construção de terminais açucareiros (instalações de armazenagem e de embarque a granel, nos principais portos exportadores de açúcar do país — Recife, Macaíó, e Santos). Sendo esses três programas citados, interrelacionados numa política de modernização tecnológica e administrativa. O Programa de Racionalização da Agro-Indústria Açucareira, ocorreu através da Lei n.º 5654, de 14.5.1971, reformulando várias normas relativas à produção de açúcar no país, como a revisão periódica de quotas de produção das usinas. Nessa revisão manteve-se o contingente de 100.000.000 de sacas, que fôra fixado em 1963, pela resolução do IAA n.º 1761, e cujo limite passaria a ser alterado pelo Ministro da Indústria e Comércio, conforme necessidades do mercado interno e das exportações. Nessas condições, estava sendo alcançada a meta do Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional de 1963. Mas a Lei n.º 5654, estabeleceu que o limite global passou a ser a somatória da produção do Sul, e do Norte Açucareiro, e não mais a somatória dos contingentes estaduais. Buscava-se, então, possibilitar o crescimento da produção de açúcar dos estados nas usinas que realmente apresentavam melhores condições, e abrir a possibilidade de reajustamento de quotas oficiais de produção para as usinas, mediante simples atos do Presidente do IAA. No mesmo ano, o Decreto Lei n.º 1186, de 27.8.1971, concedia estímulos financeiros à fusão, incorporação e realocização das unidades industriais açucareiras (Szmreczanyi, 1978).

Esse decreto-lei, como a Lei n.º 5.654, revogou vários dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira, dando aos usineiros maiores condições para atin-

gir índices superiores de produtividade e conseqüente redução de seus custos de produção. Tais objetivos valorizavam a concentração empresarial (através da absorção de quotas de produção de outras usinas e fornecedores e da realocização de estabelecimentos agro-industriais em áreas mais favoráveis às suas atividades). Essa conjuntura propiciou, conforme Bray (1980) uma grande expansão territorial das agro-indústrias do Paraná a partir do início da década e o encerramento da produção de açúcar da Usina Morretes. Sendo essa Usina de baixa produção, e considerada marginal sob o ponto de vista econômico, sofreu o reflexo da Política de Racionalização através do Decreto Lei n.º 1186, de 1971, paralisando as suas atividades nesse mesmo ano.

Mas, tanto o PLANALSUCAR como o Programa de Racionalização da Agro-Indústria Açucareira tiveram um desempenho favorável, devido ao crescimento do volume e dos preços das exportações do produto⁵, resultando em reflexos positivos sobre o Fundo Especial de Exportação. Os preços pagos aos produtores pelo IAA (por lei, o único exportador) eram inferiores aos valores médios por ele recebidos, e o IAA, conseguiu formar (graças também à conjuntura favorável das vendas externas) saldos vultuosos para o seu Fundo Especial de Exportação. Com esses saldos, o IAA ampliou sua política de modernização da indústria canavieira. Em 1973, através do Decreto-Lei n.º 1266, o IAA procurou dinamizar mais esse fundo através de empréstimos para as usinas, e do reforço à infra-estrutura de exportação tal como a implantação e operação de terminais açucareiros de Maceió e Santos, e os benefícios ao programa de pesquisa do PLANALSUCAR (Szmreczanyi, 1978).

Através do Fundo Especial de Exportação, as usinas do Estado puderam beneficiar-se, ampliando a capacidade de produção de açúcar e álcool na década de 70.

TABELA 6
PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DAS USINAS DO PARANÁ
1970/71 a 1983/84 (Sacos de 60 quilos) (* Sacos de 50 quilos)

Ano	Bandeirante	C- PR	Jacarez.	Sta. Terezinha	Morretes	Total	N.ºs Índices
1970/71	651.300	1.307.942	479.032	105.853	12.980	2.557.107	100
1971/72	747.632	1.250.514	635.098	145.000	—	2.778.244	109
1972/73	805.310	1.162.373	620.000	111.607	—	2.699.533	106
1973/74	875.493	1.205.630	536.745	100.612	—	2.718.480	106
1974/75	867.720	1.183.455	664.486	157.606	—	2.875.467	112
1975/76	800.489	929.680	600.623	81.578	—	2.412.370	94
1976/77	965.780	1.155.724	746.850	167.942	—	3.036.296	118
1977/78	907.132	1.704.361	721.320	174.230	—	3.507.043	136
1978/79	808.151	1.753.650	640.000	200.020	—	3.401.821	132
1979/80	908.680	1.841.700	918.000	240.000	—	*3.908.380	153
1980/81	904.140	1.720.440	1.289.520	286.500	—	*4.200.600	163
1981/82	831.760	1.541.970	869.046	410.607	—	*3.653.383	142
1982/83	706.906	1.310.506	738.594	348.971	—	*3.104.977	121
1983/84	716.330	914.500	858.450	529.700	—	*3.018.980	118

Fonte: I.A.A.

5 O valor das exportações de açúcar passou de US\$ 552.711.000 em 1973 para US\$ 1.261.630.000 em 1974 (quando os preços do açúcar no mercado internacional atingiram seu ponto culminante). Nesse mesmo ano, o açúcar ultrapassou o café em valor de exportação, pois o mesmo atingiu US\$ 864.313.000 (Anuário Estatístico do Brasil, 1975; 363/364).

TABELA 7
PRODUÇÃO DE ÁLCOOL DAS USINAS E DESTILARIAS DO ESTADO DO PARANÁ
1970/71 a 1983/84 (litros)

Usinas/Destilarias	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
Bandeirantes	6.296.000	7.266.500	8.890.000	8.731.200	7.784.300	7.437.000	10.993.700	11.263.800	14.180.000	13.830.000	14.380.000	17.850.000	26.810.000	43.152.000
Central Paraná	7.774.000	6.526.000	8.726.000	8.376.000	10.670.000	9.120.000	61.000	13.178.590	36.900.200	30.250.000	33.436.000	40.002.000	60.081.000	41.374.000
Jacarezinho	1.918.000	3.028.000	3.047.000	2.670.400	1.772.300	2.353.600	3.050.000	1.126.300	11.137.200	18.113.000	23.700.000	31.431.000	47.208.000	50.106.000
Santa Terezinha	—	633.500	993.230	864.100	1.120.200	1.045.300	1.112.060	1.032.900	1.694.450	6.015.000	11.427.000	12.737.000	19.130.000	41.573.000
Carqueí	—	—	—	—	—	—	—	1.032.740	2.241.312	5.063.000	7.645.000	5.427.000	8.151.000	11.600.000
Damisa	—	—	—	—	—	—	—	1.528.800	—	9.094.000	15.228.000	17.042.000	25.596.000	28.000.000
Alto Alegre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9.304.000	19.345.000	32.005.000	48.070.000	49.556.000
Vale Panema	—	—	—	—	—	—	—	—	—	292.000	928.000	1.538.000	2.310.000	29.718.000
Goioerê	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14.216.000	21.067.000	31.642.000	11.710.000
Santa Laura	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.328.000	8.137.000	12.221.000	19.953.000	21.720.000
Copaga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.287.000	7.941.000	18.323.000
DeCaldas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.080.000	4.626.000	22.751.000
Cidade Gaúcha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10.304.000
Cocari	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15.832.000
Cocari	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10.252.000
Cooperval	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11.681.000
Corol	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	20.671.000
Cotal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.292.000
Covapi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11.963.000
Ivaí	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16.939.000
São Carlos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18.323.000
Vale do Ivaí	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22.751.000
Total	15.990.000	17.454.000	21.646.230	20.641.700	21.346.800	19.955.900	15.216.760	27.634.330	67.679.962	91.951.000	141.633.000	195.603.000	293.786.000	491.570.000
N.ºs ÍNDICES	100	109	135	129	133	125	95	173	424	576	887	1.225	1.840	3.078

Fonte: CENAL.

Os financiamentos provenientes do Fundo de Exportação do IAA foram concedidos em bases muito favoráveis para as empresas. Mas várias usinas do país acabaram se endividando, a exemplo da Central Paraná, que construiu uma nova usina, atualmente pertencente ao grupo Atalla, e que se encontrou no final de 1978 e início de 1979 nas manchetes de revistas e jornais, em virtude de sua enorme dívida ao Governo Federal. Sobre o assunto, Szmreczanyi diz: "nem todas as usinas do país aplicaram de forma mais produtiva os recursos assim obtidos, e tudo teria corrido às mil maravilhas se as tendências do mercado internacional se tivessem mantido inalteradas. Mas tal não aconteceu, e a partir do final de 1979, os preços do açúcar nos mercados externos começaram a cair abruptamente, passando de US\$ 1,3 mil por TM em novembro daquele ano, para US\$ 200 TM em 1978. As exportações voltaram a se tornar gravosas, fazendo diminuir os recursos do Fundo de Exportação, bem como os níveis de preços pagos pelo IAA aos produtores, dificultando a amortização das dívidas por eles contraídas" (Szmreczanyi, 1978).

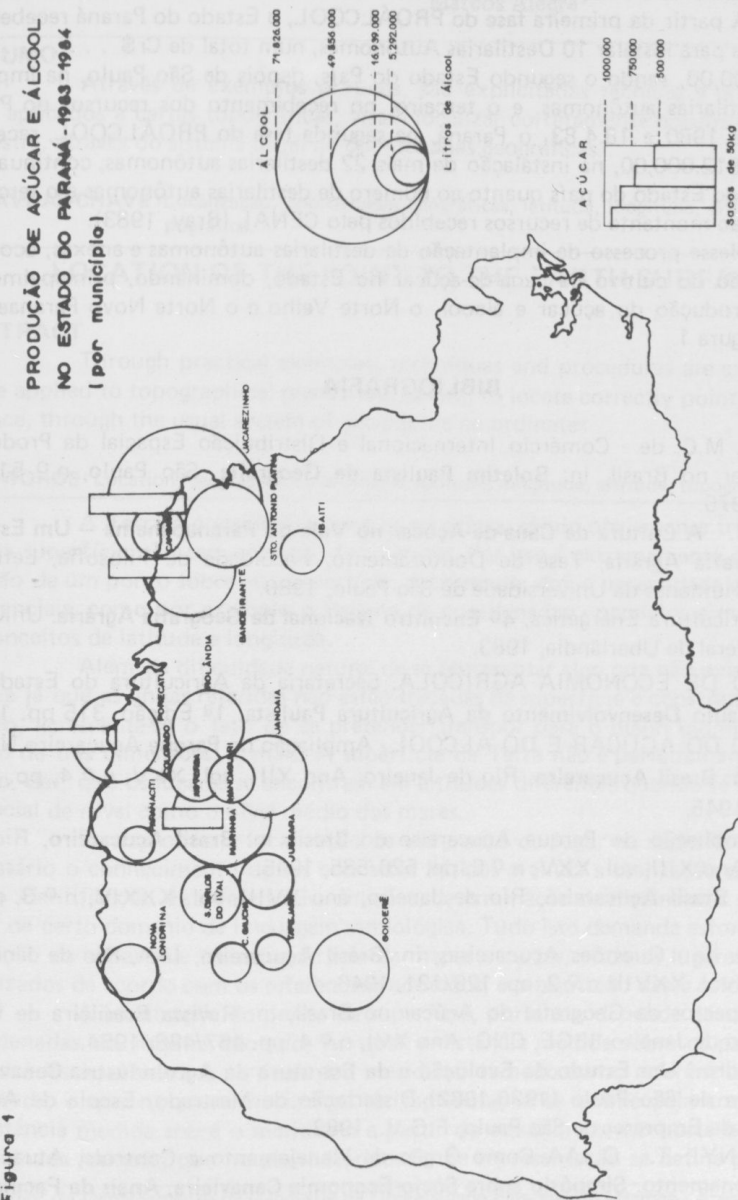
A par dessa política de exportação de açúcar, também implantou-se, na década de 70, a política do álcool, em decorrência da conjuntura petrolífera mundial e dos crescentes déficits no balanço de pagamento do país.

Entretanto, o Estado Nacional com o PROÁLCOOL veio resolver o problema do usineiro - com dívidas Via Fundo Especial de Exportação - e dos fabricantes de equipamentos industriais do ramo - que tinham se estruturado para fazer frente ao Programa de Racionalização de Agro-Indústria Açucareira/Alcooleira. E Ramos (1983) diz: "Um plano de implicações tão importante na economia brasileira acabou sendo para atender os interesses de usineiros e produtores de equipamentos. . . equacionados os problemas decorrentes dos interesses de outros setores envolvidos (exemplo da indústria automobilística, que demorou muito para se integrar) aquele plano não se firmaria efetivamente".

O álcool que sempre foi, no Brasil, um subproduto do açúcar, começou, a partir de 1976, a intensificar o seu fabrico diretamente da cana, devido à contenção de quotas de açúcar pelo IAA e os estímulos do P.N.A. .

O PROÁLCOOL pode ser dividido em duas fases: a primeira, de 1975/79, na qual o programa previa chegar a uma produção de 3,0 bilhões de litros de álcool;

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL
NO ESTADO DO PARANÁ - 1983 - 1984
(por município)



e a segunda, de 1980/85, para a qual a meta estipulada foi de 10,7 bilhões de litros de álcool, o equivalente a 170 mil barris de petróleo/dia.

A partir da primeira fase do PROÁLCOOL, o Estado do Paraná recebeu financiamentos para instalar 10 Destilarias Autônomas, num total de Cr\$ 1.044.976.000,00, sendo o segundo Estado do País, depois de São Paulo, na implantação de destilarias autônomas, e o terceiro no recebimento dos recursos do PRO-ÁLCOOL; de 1980 a 18.4.83 o Paraná, na segunda fase do PROÁLCOOL, recebeu Cr\$ 13.876.812.000,00, na instalação de mais 22 destilarias autônomas, continuando a ser o segundo Estado do país quanto ao número de destilarias autônomas e o terceiro com relação ao montante de recursos recebidos pelo CENAL (Bray, 1983).

Nesse processo de implantação de destilarias autônomas e anexas, ocorreu a consolidação do cultivo da cana-de-açúcar no Estado, dominando, principalmente através da produção do açúcar e álcool, o Norte Velho e o Norte Novo Paranaense, conforme Figura 1.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M.C. de Comércio Internacional e Distribuição Espacial da Produção de Açúcar no Brasil, in: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.º 51. pp 15/30. 1976.
- BRAY, S. C. **A Cultura da Cana-de-Açúcar no Vale do Paranapanema – Um Estudo de Geografia Agrária**, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980.
- **Agricultura Energética, 4º Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Universidade Federal de Uberlândia, 1983.
- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo **Desenvolvimento da Agricultura Paulista**, 1ª Edição, 315 pp. 1972.
- INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL - Ampliação do Parque Açucareiro Nacional, in: **Brasil Açucareiro**, Rio de Janeiro, Ano XIII, vol. XXV, n.º 4, pp. 318/319, 1945.
- Ampliação do Parque Açucareiro do Brasil, in: **Brasil Açucareiro**, Rio de Janeiro, Ano XIII, vol. XXV, n.º 6, pp. 526/535, 1945.
- in: **Brasil Açucareiro**, Rio de Janeiro, ano XVIII, vol. XXXIV, n.º 3, p. 5, 1949.
- MELO, L.M. de Questões Açucareiras, in: **Brasil Açucareiro**, IAA, Rio de Janeiro, ano XIV, vol. XXVIII n.º 2, pp. 128/131, 1946.
- Aspectos da Geografia do Açúcar no Brasil, in: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, CNG, Ano XVI, n.º 4, pp. 467/488, 1954.
- RAMOS, Pedro **Um Estudo da Evolução e da Estrutura da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)** Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, F.G.V., 1983.
- SZMRECSANYI, T. O IAA Como Órgão de Planejamento e Controle, Atuação e Redirecionamento. **Simpósio sobre Sócio-Economia Canavieira, Anais da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal**, pp. 31/74, 1978.